

– *Encontro com os clássicos* –

A coletivização na Catalunha*

Augustin Souchy

Depois da vitória dos trabalhadores sobre os fascistas, mudaram não somente as relações de poder políticas, mas também as econômicas. A igualdade de direitos política foi complementada pela abolição de privilégios econômicos. Muitos patrões, donos de banco, fábricas e comércios tinham fugido para o exterior. Eles estavam do lado de Franco, tinham sido informados que o golpe militar estava próximo e queriam aguardar o resultado fora do país. Devido à sua ausência perderam o direito de participar da revolução econômica.

Quando os trabalhadores voltaram para as suas fábricas depois da greve geral, eles retomaram os seus trabalhos sob novas condições. Em assembleias eles elegeram diretorias próprias. Os comitês de fábrica deram continuidade à gestão das fábricas envolvendo todos os especialistas técnicos e

administrativos necessários. As fábricas foram coletivizadas. Empresários que reconheceram a nova ordem, foram integrados como trabalhadores comuns com direitos iguais e receberam uma tarefa no processo de trabalho que correspondesse às suas capacidades. Não foi raro que eles permanecessem na direção da empresa. O que faltou inicialmente enquanto experiência, foi compensado pela iniciativa. Em pouco tempo o sistema econômico privado-capitalista foi transformado em uma economia coletiva. Uma revolução econômica tinha ocorrido.

Anatole France disse uma vez que as utopias são do maior valor para o progresso da humanidade. Esse ditado se aplica aqui. Pelo lado dos marxistas, as ideias anarcossindicalistas eram vistas como utópicas. Justamente foram estas utopias que se revelaram o melhor guia na

* Tradução: Timo Bartholl. Texto retirado de: Borries, Achim v. & Brandies, Ingeborg (org.): *Anarchismus, Theorie, Kritik* [Anarquismo, teoria, crítica]. Nettersheim: Verlag Graswurzelrevolution, 2007

Publicado pela primeira vez no livro: *Anarcho-Syndikalisten über Bürgerkrieg und Revolution in Spanien. Ein Bericht* [Anarcossindicalistas sobre guerra civil e revolução na Espanha. Um relato. Darmstadt: 1969]. Segundo referência no livro de 2007, a primeira versão deste texto foi publicada sob o título de “Nacht über Spanien. Bürgerkrieg und Revolution in Spanien [Noite sobre a Espanha. Guerra civil e revolução na Espanha]”. A mais recente edição do livro de Augustin Souchy com o mesmo título, publicado na Alemanha em 2007 pela editora *Trotzdem*, porém não contém este texto.

O texto em alemão está disponível em <<https://www.anarchismus.at/anarchistische-klassiker/augustin-souchy/43-augustin-souchy-die-kollektivierung-in-katalonien>>

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

realização de uma nova ordem econômica. Os anarcossindicalistas espanhóis já tinham desenhado, na imaginação, uma imagem bastante concreta da nova ordem social socialista. Em oposição à compreensão de Marx e Engels segundo a qual a “expropriação dos expropriadores” é tarefa do Estado proletário, os sindicalistas espanhóis renunciavam a conquista do Estado. Na sua compreensão a socialização deveria começar nas oficinas, nas lavouras, nas fábricas e empresas. Na sua compreensão, o Estado não era necessário para tal tarefa. Sua intervenção era vista como um peso para a economia e uma ameaça à liberdade. A revolução não devia fortalecer, e sim, enfraquecer o Estado de um jeito que ele estaria incapacitado de impedir a socialização. Essa predisposição se deu depois da vitória sobre os fascistas. O exército tinha sido derrotado, a polícia neutralizada, e por parte, substituída por patrulhas de controle dos trabalhadores. Através da criação da milícia antifascista, os trabalhadores tinham o seu próprio poderarmado pela defesa da revolução.

A primeira e mais importante tarefa consistia agora no fornecimento de alimentos para a cidade milionária [Barcelona]. Essa tarefa foi assumida pelo sindicato da indústria de alimentos. Durante quatorze dias vivia-se em Barcelona sem alimentos. A população recebia refeições grátis dos sindicatos em restaurantes públicos. O sindicato da indústria de alimentos comprava os alimentos necessários e pagava com vales, que depois foram validados pelo comitê da milícia antifascista. Segundo a decisão do comitê, dias de greve foram pagos como dias de trabalho.

A mudança nas relações de propriedade

ocorreu sem interferências no funcionamento da empresas. Entretanto, depois de pouco tempo, apresentaram-se dificuldades no fornecimento de matéria-prima. A peseta tinha caído em seu valor, o que levou a um encarecimento de recursos do exterior. Mesmo assim, não se aumentaram os preços dos produtos, apesar de um aumento geral do salário de 15%. Diferente disso, os altos salários dos diretores e despesas improdutivos para intermediários foram abolidos. Estas medidas significaram uma distribuição mais justa do produto de trabalho.

A coletivização das fábricas foi o primeiro passo da socialização da economia. O segundo passo consistia na cooperação econômica de todas as fábricas no âmbito do sindicato da indústria. Os sindicatos foram transformados em cartéis socializados industriais.

Esta reorganização teve um efeito revitalizador sobre a economia. Patrões de pequenos negócios integraram-se o conjunto produtivo sindical, o que significou a superação de diversas de suas preocupações. Tinham, assim, uma renda segura. Empreendimentos não rentáveis foram fechados ou integrados a outros empreendimentos. Ocorreu uma racionalização da economia segundo critérios socialistas.

A coletivização atingiu a construção civil, a indústria metalúrgica, as padarias e abatedores, o setor gastronômico, os cinemas, cabeleireiros, etc. Também todos os hotéis e restaurantes foram coletivizados. Os empresários, donos de hotel, etc. integraram-se, ora mais, ora menos forçadamente ao sindicato e deste recebiam seu salário. Os salários mais baixos foram elevados, os salários altos

rebaixados. Lucros de empresas, dividendos, participações nos lucros das empresas, não existiam mais. Excedentes foram repassados ao caixa do sindicato. O sindicato apoiava empreendimentos que temporariamente encontravam-se em uma situação difícil. O Estado não teve participação nesta reorganização. Tratou-se de uma revolução econômica, industrial e social. A política partidária não era aceita nas fábricas e indústrias socializadas. A economia tinha sido liberada de corpos estranhos parasitários.

O aumento geral dos salários de 15% ocorreu com base nos salários antigos. Assim, permaneceram certas diferenças entre técnicos, funcionários, trabalhadores, etc. em relação à remuneração de seus trabalhos. Os altos salários improdutivos, porém, foram abolidos. As diferenças que permaneceram não foram vistas como injustiça social [...]¹

No final do século passado [séc. 19] anarquistas e sindicalistas retomaram ideias básicas do coletivismo espanhol mais antigo. O fundamento de pensamento para as suas ideias tinha sido preparado pela história. Uma articulação direta organizada entre o coletivismo antigo e o movimento anarcossindicalista moderno porém, não existe.

É possível alegar que o anarcossindicalismo espanhol evitava, se possível, fazer uso de termos de uso comum para o movimento marxista. O termo "expropriação" é um termo negativo. O encontramos raramente no vocabulário dos anarcossindicalistas espanhóis. Coletivização e comunismo libertário são expressões positivas.

¹ Partes que não constam no texto utilizado para esta tradução.

Referente a estes termos, é possível imaginar algo concreto. A formulação mais moderna do programa do anarcossindicalismo foi dada em 1931, no congresso madrileno do C.N.T., pouco depois da derrubada da monarquia. A coletivização no ano de 1936 ocorreu, a grosso modo, seguindo esse programa cujos pontos mais importantes são:

1. Desapropriação não indenizada de grandes propriedades, terras agrícolas improdutivas, campos de caça e qualquer outra propriedade de terras propícias para o plantio. Transformação de todas estas terras de propriedade privada em bem comum, aniquilação de pagamentos de renda em vigor até então e implementação de novos estabelecimentos pensados de acordo com as condições locais pelos sindicatos;
2. Confisco do estoque de gado, das sementes, do equipamento e maquinário agrário;
3. Terras confiscadas assumidas pelos sindicatos dos trabalhadores rurais com o fim de trabalhar nelas de forma direta e coletiva. Abolição de qualquer tipo de renda de terra, pensões ou hipotecas que pesam sobre os pequenos agricultores, desde que estes trabalhem a terra por conta própria sem explorar nenhum trabalhador;
4. Abolição dos pagamentos de renda, até então pagos pelos pequenos arrendatários em forma de produtos agrícolas para os proprietários ou intermediários.

O programa foi complementado através de propostas referentes ao trabalho coletivo e à economia no campo. Os trabalhadores rurais espanhóis, igual aos trabalhadores da indústria, eram organizados em sindicatos. Estes sindicatos, depois do 19 de julho, transformaram-se em associações de

produção e distribuição. Proprietários que estavam do lado de Franco – entre estes quase todos os latifundiários – foram desapropriados. A maioria dos pequenos agricultores estava do lado da república. Depois do 19 de julho, associaram-se aos sindicatos voluntariamente, e muitas vezes também, aos coletivos recém-formados. Não se forçava ninguém de ingressar nos coletivos.

A terra, depois da vitória dos trabalhadores rurais, era trabalhada coletivamente em todas as partes da república. O sindicato dos trabalhadores rurais fornecia seus produtos aos locais de distribuição nas cidades. Os coletivistas recebiam pagamento antecipado semanalmente em forma de dinheiro e alimentos dos estoques coletivos. Depois de cada ano de safra a sobra era distribuída igualmente para todos. O sistema do assalariado foi abolido. No seu lugar, um novo sistema entrou em vigor: a distribuição do produto do trabalho coletivo. Nos coletivos reinava o lema: um para todos e todos para um.

A tomada dos grandes empreendimentos da indústria ocorreu com uma facilidade surpreendente, sem interrupções na produção. Provou-se com toda a clareza desejada, que nem acionistas nem diretores muito bem pagos ou gestores são necessários para o bom funcionamento de um empreendimento econômico. Trabalhadores e funcionários conseguem, por conta própria, manter girando as rodas da complexa indústria moderna. Há muitos exemplos disso.

A primeira medida ao tomar os bondes de Barcelona pelos trabalhadores ocorria na abolição dos diretores e seus informantes nas fábricas. Seus pagamentos eram muito altos e totalmente

improdutivos. Enquanto que um trabalhador dos bondes tinha um salário mensal de 250 a 300 pesetas, um diretor geral recebia 5000,00 e os três demais diretores 4441,00, 2384,00 e 2.000,00 pesetas. Ao acabar com esses salários, foi possível aumentar os salários dos trabalhadores.

A segunda renovação foi a introdução da semana de 40 horas. A princípio defendia-se 36 horas de trabalho semanais. Porém, diante da guerra recém iniciada contra o fascismo essa medida não foi implementada.

A terceira medida atingiu a administração. Até então, bondes, empresas de ônibus e metrô eram empresas privadas separadas. O sindicato decidiu juntar todos em uma só empresa de transporte. Essa concentração possibilitou melhoramentos significativos do transporte urbano, contemplando os usuários do sistema.

A medida mais importante entretanto foi a redução da tarifa de 15 para 10 centavos. Para alunos de escola, feridos de guerra ou trabalho ou inválidos eram expedidos vales de transporte de graça. Nisso, os salários mais baixos foram elevados entre 40% e 100% e os salários mais altos de 10% a 20% [...]

O sistema ferroviário na Espanha estava em mãos privadas. Durante o golpe militar, ao tráfego ferroviário parou devido à greve geral. Em Barcelona, nas proximidades da estação central – Estación de Francia – ocorreram confrontos nas ruas. No terceiro dia de confrontos, os sindicatos anarcossindicalistas, em confiança da vitória, formaram um comitê revolucionário dos ferroviários. Esse grêmio se encarregou da ocupação e tomada das estações de trem, das vias ferroviárias

e do prédio da administração central. Todos os entroncamentos importantes chegaram a ser vigiados pela guarda dos ferroviários. Os diretores tinham fugidos para o exterior. Os trabalhadores nomearam um novo comitê de gestão. Mesmo que os sindicalistas fossem maioria, eles ofereceram igualdade de direitos ao sindicato socialdemocrata no novo comitê de gestão. Os anarcossindicalistas espanhóis não queriam introduzir uma ditadura nos moldes do bolchevismo. Tudo devia ocorrer de forma democrática. No comitê de gestão ferroviária [...] cada organização, anarcossindicalistas e socialdemocratas, tiveram direito a três membros.

Em poucos dias, todos os trens da Catalunha estiveram socializados. Melhoramentos técnicos não podiam ser realizados, desde que não havia o material para isso. Os trens voltaram a circular imediatamente após o término dos confrontos sob a nova coordenação sindical. O funcionamento era como antes, não corriam interrupções. Os valores das passagens ficaram os mesmos. O salário das baixas classes assalariadas foram elevados significativamente, salários altos e de diretores foram abolidos. Entende-se, naturalmente, que a coletivização significou o fim dos consórcios ferroviários privado-capitalistas. As ações foram anuladas, indenizações não foram pagas [...]

Na oficina de manutenção dos trens de Barcelona, iniciou-se a construção de carros blindados e de vagões da Cruz Vermelha. Uma semana após a retomada do trabalho, as primeiras ambulâncias deixavam a oficina. O equipamento era tão exemplar que o conselho de medicina catalão pediu ao governo, agradecer aos trabalhadores das oficinas ferroviárias pelo seu trabalho. A iniciativa

por este trabalho vinha de trabalhadores sindicalistas. Nenhum funcionário de salário alto deu ordens. Não tinha supervisão externa. Os trabalhadores elegeram seus próprios coordenadores. Mais do que isso não foi necessário. Tudo mais derivou da boa vontade pela colaboração e da iniciativa [própria] no processo de produção. Mas também não havia nenhum movimento do tipo “Stachanow” ou “Hennecke”².

Mansões e palácios foram transformados em hospitais, jardins de criança e outros estabelecimentos de utilidade comum afins. O setor de moradia não servia mais como fonte de enriquecimento para os donos das casas, servia à comunidade.

As usinas de água, gás e luz no momento do golpe fascista encontravam-se em mão privada em quase todas as cidades da Espanha. A “Associação Geral Usina de Água Barcelona” e sua companhia associada “Companhia de Água Llobregat” eram donas das usinas de gás e de tratamento de água na maioria das cidades da Espanha. Tratava-se de um mega negócio de um capital em ações de 272 milhões de pesetas. Os lucros médios anuais somavam mais de 11 milhões. Os magnatas financeiros já tinham deixado o país antes do 19 de julho. Os sindicalistas decidiram coletivizar as companhias. Trabalhadores e funcionários elegeram uma coordenação de fábrica. Pouco antes do golpe

2 O movimento “Stachanow” foi uma campanha na União Soviética para aumentar a produtividade de trabalho e teve seu ídolo no trabalhador mineiro russo Alexei Grigorjewitsch Stachanow que tinha conseguido (com planejamento e devida preparação de seu lugar de trabalho), em 31/8/1935, tirar 102 toneladas de pedras de carvão superando em quase 15 vezes a meta para um dia de trabalho. O movimento Hennecke foi um movimento posterior inspirado no movimento Stachanow na Alemanha Oriental.

militar, os trabalhadores destas companhias tinham exigido aumentos salariais, que foram negados. Naquele momento, porém, uma decisão do conjunto dos trabalhadores levou a aumentos de acordo com as reivindicações anteriores. O salário mínimo era de 14 pesetas por dia, e a jornada de trabalho foi reduzida para 36 horas semanais. Devido à situação de guerra porém ocorreu uma escassez de mão de obra, e as jornadas tinham que ser aumentadas para 40 e mais tarde para 48 horas. Os salários das mulheres foram igualados aos salários dos homens, e foram introduzidos seguro e previdência para os trabalhadores [...]

Visitantes estrangeiros muitas vezes estranhavam que a tomada das fábricas ocorreu sem interrupções da produção. O segredo para o grande sucesso da coletivização estava em grande parte na preparação sistemática dos sindicalistas para esta revolução social.

“No período revolucionário” - dizia um relato dos Coletivos Unificados de Água, Gás e Eletricidade - “tínhamos formados comissões de fábrica dentro dos sindicatos. Estas comissões controlavam a produção, o gasto da água no verão e no inverno, fizeram com que em cada posto de trabalho fosse colocado o homem adequado, cobravam dos trabalhadores a aparecer aos seus turnos de trabalho com pontualidade e que se respeitassem as orientações de segurança, garantissem a existência de uma farmácia em cada setor da fábrica, tanto quanto chuveiros e refeitórios para os trabalhadores.

Através desta e outras preparações afins, o trabalhadores estavam capazes, resolver problemas que apareciam rapidamente. As diretrizes de fábrica

elaborados pelos trabalhadores mostrava o alto sentimento de responsabilidade, fruto da educação dos trabalhadores pelas organizações sindicais. Conselhos de fábrica, gerentes, conselhos administrativo e a direção geral trabalhavam conforme as diretrizes que foram discutidos e decididos em assembleias gerais de fábrica. Todos os gerentes responsáveis estavam sob controle rígido de comissões de controle sindicais especiais.

Somente pessoas que dispunham de aptidões técnicas e organizadoras foram permitidas a assumir a gerência de fábrica. Considerou-se uma honra, ser escolhido para um alto cargo de gerência pela assembleia do sindicato. Também o estilo de vida dos gerentes e das pessoas de confiança foi vigiado pelos sindicatos. Somente pessoas sérias e sinceras, e em todos os sentidos ordeiras, podiam contar com a honra, ocupar cargos altos. Estes cargos de alta responsabilidade não traziam nenhuma vantagem material. O conselho de gestão mais alto tinha a obrigação, de se manter atualizado sobre progressos técnicos em sua área de atuação, ampliar as fábricas e apresentar propostas para a sua modernização, fechar acordos comerciais, estudar questões de alfândega, etc. As necessidades de recursos e máquinas deviam ser cumpridas, se possível, dentro do próprio país.

A grande seriedade com a qual os sindicatos enfrentaram a tremenda tarefa de assumir a produção em todo o país e gerenciar por conta própria e sem patrões propiciou o sucesso [...]

Não é coisa pouca montar uma associação produtiva com base coletivista que conta com diversas fábricas em diferentes cidades com aproximadamente um quarto de milhão de

trabalhadores têxteis. O sindicato dos trabalhadores têxteis de Barcelona, porém, conseguiu realizar esse tarefa em tempo curto. Tratava-se de um imenso experimento social. A ditadura do patronato chegou ao seu fim. Salários, condições de trabalho e a própria produção eram determinados pelos trabalhadores e seus representantes/delegados elegidos. Todos os funcionários respondiam às assembleias de fábrica e dos sindicatos. A coletivização da indústria têxtil destrói de uma vez por todas o mito que trabalhadores seriam incapazes de gerenciar grandes fábricas.

Na composição das coletividades elegeu-se um conselho gestor de 19 pessoas. Depois de três meses, o conselho gestor dava um relato sobre os trabalhos e o andar das coletividades. O trabalho foi iniciado com muito pouco capital fluido, desde que os donos, antes do golpe militar, tivessem retirado seu dinheiro dos bancos para segurá-lo levando-o ao exterior. A empresa “Espanha Industrial”, antes da coletivização, tinha um estoque de 48.213 peças de tecido. Depois de três meses, este estoque cresceu para 50.321 peças. Devido à desvalorização da peseta, os preços de matéria-prima tinham subidos. Com a abolição de gastos improdutivos como dividendos, premiações, e salários de diretores, porém, valores altos foram economizados o que possibilitou a compensação parcial dos preços mais altos de matéria-prima.

O conselho gestor comprou, no exterior, duas novas máquinas para a produção de seda sintética. As divisas necessárias foram levantadas através do rendimento de produtos prontos vendidos no exterior. Em cada fábrica, elegeu-se uma diretoria de administração composta pelos

companheiros mais capacitados e que, conforme o tamanho da fábrica, era composto por três a nove pessoas. Os trabalhos da diretoria eram: organização interna, estatísticas, economia, finanças, correspondência e representação externa. De suma importância foi a criação de um “comitê de tomada de iniciativas” composto pelas mentes mais capacitadas em termos técnicos e organizadores da indústria têxtil. Este comitê de engenheiros, técnicos, trabalhadores e especialistas em comercialização, tratava da proposta pelo aprimoramento da indústria têxtil e fez, ele mesmo, propostas pelo melhoramento da produção, da distribuição do trabalho, das instalações sanitárias, etc. Depois de alguns meses de coletivização a indústria têxtil da Catalunha chegou a níveis mais elevados do que anteriormente. Nisso, encontrou-se uma prova decisiva pelo fato de que socialismo desde baixo não sufoca a iniciativa. A cobiça pelo enriquecimento não é a única força motriz da atuação humana.

Um das maiores conquistas coletivas dos trabalhadores catalães foi a instalação do zero de uma indústria de guerra. Esta foi criada do nada e ocupou, ao fim da guerra, 80.000 trabalhadores. Foi exclusivamente obra dos próprios trabalhadores.

A indústria metalúrgica na Catalunha somente estava pouco desenvolvida quando iniciou-se a guerra civil. A maior fábrica metalúrgica era a fábrica automobilística Hispano-Suiza, que ocupava 1.100 trabalhadores. Já nos primeiros dias depois do 19 de julho esta fábrica produzia carros fortes, granadas, suportes móveis para metralhadoras, ambulâncias, etc. para o front. Estes primeiros veículos de guerra carregavam os iniciais C-N-T-

F.A.I. das duas organizações de combate que estavam na liderança na luta contra o fascismo e dos quais os metalúrgicos faziam parte.

No decorrer da guerra civil, 400 fábricas metalúrgicas foram erguidas em Barcelona e na Catalunha. Boa parte das armas foi produzida nestas fábricas. O Primeiro Ministro catalão burguês Tarradellas declarou em outubro de 1937: “A indústria de armas e munição catalã, nos 14 meses de sua existência, realizou uma força épica em termos de trabalho e criativos. A Catalunha deve estar agradecida para todo o tempo com aqueles trabalhadores que trabalharam com maior esforço, entusiasmo e sacrifício para ajudar seus irmão na front.”

Todas as grandes transformações sociais na história ocorreram, na maioria dos casos, através de revoluções ou intervenções diretas do povo. Leis em seguida somente confirmaram fatos já criados.

Foi assim também com as coletivizações. Os sindicalistas não foram contra que se confirmasse a reorganização através de uma lei. Eles até colaboraram com a elaboração da lei das coletivizações. Quando foi publicado, no dia 24 de outubro de 1936 a lei catalã de coletivizações, a coletivização já tinha sido exercida em todo lugar. A lei não tinha criado fatos novos. Continha determinações que não tinham sido consideradas pelos trabalhadores e das quais não estavam entusiasmadas, porém, que aceitaram mesmo assim, porque estavam com o poder nas próprias mãos e acreditavam que de toda forma, eles mesmos determinavam as coisas na prática.

Uma dessas determinações foi a integração de representantes do governo em todas as fábricas

maiores. Inicialmente, essa determinação não saiu do papel em que foi escrita. Entretanto, ela fez com que a autodeterminação dos trabalhadores fosse reduzida a favor de Estado. Os sindicalistas não viam perigo nessa determinação, porque os representantes de governo eram eleitos entre os membros dos sindicatos. Os anarquistas mais extremos, contudo, não viam essa lei com bons olhos. Eles temiam que as intervenções do Estado pudessem prejudicar conquistas revolucionárias dos trabalhadores.

Conforme diz a lei de coletivização, empresas com menos de 100 trabalhadores podiam ser mantidas em mão privada. Entretanto, foram submetidos ao controle dos trabalhadores. Esse controle dos trabalhadores significou o fim para a gestão arbitrária dos patrões e a introdução de uma democracia econômica plena.

Empresas com mais de 50 ou menos de 100 trabalhadores foram coletivizadas quando dois terços dos trabalhadores da empresa votaram a favor. A lei definia como trabalhador a totalidade dos empregados da empresa. A lei decretou a implementação de um conselho econômico como instância máxima para a Catalunha. Todas as questões de maior significado deviam ser apresentadas a esse conselho econômico. Empresas com donos estrangeiros somente podiam ser coletivizadas de acordo com o mesmo.

A lei das coletivizações foi um decreto de linhas gerais; somente abrangeu uma parte de todo o processo de transformação econômica. Empreendimentos individuais do pequeno empresariado, conforme dizia esse lei, não precisavam ser coletivizados. Mas o coletivismo foi

considerado como nova forma econômica do socialismo, como oposto ao capitalismo da propriedade privada. Cabeleireiros, padarias, hotéis, cinemas, etc. não foram coletivizados através da lei. Estes voluntariamente abriram mão de sua autonomia. O espírito do coletivismo alcançou a todos. Os pequenos empreendimentos criaram sua própria forma de socialização de baixo para cima. O socialismo tinha tomado o lugar do capitalismo.

O funcionário público nomeado pela lei para controlar empresas coletivizadas de maior porte fazia parte da empresa. Somente podia ser eleito com a afirmação dos trabalhadores. A gerência da empresa coletivizada estava na mão do trabalhador. O Estado não tinha influência sobre a empresa coletivizada. Os senhores da produção e distribuição eram os trabalhadores.

A lei não se aplicava para as grandes associações de ramos econômicos das empresas coletivizadas, como por exemplo dos cinemas ou dos cabeleiros. A nova forma econômica socialista resultou da iniciativa dos trabalhadores. Não foi instituída pela lei, mas tratou-se de uma nova forma de vida da economia, da ação e do pensamento. Os coletivos socializados foram a primeira tentativa de introduzir o socialismo libertário. E a Espanha foi o primeiro país que ousou realizar essa tentativa.

Referência original

Aus: Achim v. Borries / Ingeborg Brandies: Anarchismus. Theorie, Kritik, Utopie. Joseph Melzer Verlag, Frankfurt 1970.

Nach: Anarcho-Syndikalisten über Bürgerkrieg und Revolution in Spanien. Ein Bericht. Darmstadt 1969. S. 97-115. [Erste Auflage unter dem Titel: Nacht über Spanien. Bürgerkrieg und Revolution in Spanien. Darmstadt-Land o. J.]